

# RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



## ÁGUA E MEIO AMBIENTE

### **Água deve ser um dos temas centrais na Conferência Nacional do Meio Ambiente**

Brasil tem as maiores reservas de água doce do planeta, mas a distribuição é desigual.

Poluição e exploração desordenada são fatores que entram em debate no evento que se inicia na sexta-feira em Brasília

Brasília - O Brasil é detentor das maiores reservas de uma das riquezas minerais mais importantes do planeta no século XXI. Não estamos falando de ouro, petróleo ou urânio. Nada menos do que 12% da água doce de todo o mundo estão no País, concentrados principalmente na Bacia Amazônica. O Aquífero Guarani, que se estende por 7 estados brasileiros, além de Paraguai, Uruguai e Argentina, numa área de 1,8 milhões de quilômetros quadrados, é a maior reserva subterrânea de água potável no planeta. Apesar do volume expressivo, nem todos os brasileiros têm acesso a esse bem natural.

A Organização Mundial da Saúde avalia que um ser humano precisa de no mínimo 50 litros de água por dia para sobreviver dignamente. Enquanto a população da Amazônia dispõe água em abundância, a do Nordeste sofre as conseqüências de sua falta - sem falar na desertificação que atinge o semi-árido. Ali, aparece em destaque o debate sobre o projeto de transposição do rio São Francisco, o mais importante da região, ameaçado pela superexploração de seus recursos, bem como pelo desmatamento de suas margens e conseqüente assoreamento.

# RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Além da desigualdade regional na distribuição dos recursos hídricos, o País enfrenta o problema do desperdício provocado por problemas no sistema de abastecimento e do próprio usuário no consumo doméstico. Outra questão se refere à qualidade. O crescimento desordenado das cidades, o processo de industrialização e a agricultura com técnicas inadequadas têm provocado poluição nos mananciais. Isso acaba impedindo o desenvolvimento de outras atividades, além de provocar perda na qualidade de vida, principalmente das populações ribeirinhas.

Esses fatores, aliados ao desafio de elaborar o Plano Nacional de Recursos Hídricos, previsto desde 1997, mobilizam a discussão sobre a gestão das águas na Conferência Nacional do Meio Ambiente, que deve se iniciar na próxima sexta-feira, em Brasília. O objetivo do evento é debater com os diversos segmentos da sociedade civil uma Política de Meio Ambiente voltada para a sustentabilidade, o que implica apostar no desenvolvimento sem descuidar da preservação ambiental.

Nos últimos dois meses, entidades da sociedade civil, representantes dos governos, prefeituras, universidades e setor empresarial se reuniram nas pré-conferências realizadas em todos os estados e no Distrito Federal. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, mais de 65 mil pessoas debateram as propostas que definirão as diretrizes para a Política Nacional do Meio Ambiente.

O tema Recursos Hídricos ganhou destaque, principalmente nas pré-conferências realizadas nas regiões Nordeste e Sudeste, que mostraram preocupação com os aspectos de saneamento básico, racionamento de água e tratamento de resíduos sólidos industriais.

# RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Durante os encontros preparatórios, foram eleitos 912 delegados que representarão seus estados na plenária final da 1ª Conferência Nacional. Eles têm a tarefa de votar nas propostas apresentadas no texto-base editado pelo Ministério que aponta ações para a sustentabilidade. Entre elas, a valorização de empresas com responsabilidade social e ambiental no uso dos recursos hídricos. Outra proposta é a implementação da cobrança pelo uso da água nas diversas bacias hidrográficas do país e aplicação dos recursos na própria bacia.

Os participantes da Conferência, com direito a voto, também decidirão sobre incentivos a projetos de revitalização de bacias que incluam a implementação de sistemas de tratamento de efluentes e de manejo dos resíduos sólidos. Existe ainda a previsão de ações em parceria com outras pastas. Com o Ministério de Minas e Energia, a proposta é a promoção da gestão das águas subterrâneas que contribua para a sustentabilidade, o uso racional e o aumento da disponibilidade hídrica. Com o Ministério das Relações Exteriores, a ação se refere à realização de estudos para o gerenciamento de recursos hídricos transfronteiriços.

A Conferência Nacional do Meio Ambiente e as atividades paralelas serão acompanhadas pelas equipes de jornalismo da Radiobrás. A Rádio Nacional AM de Brasília contará com um estúdio no local do evento. E a TV Nacional fará transmissão ao vivo da abertura da Conferência, que terá a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e dos ministros da Cultura, Gilberto Gil, e da Educação, Cristovam Buarque.

## **Cobrança**

# RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Segundo a Agência Nacional de Águas, encarregada de organizar a discussão sobre o tema na Conferência em parceria com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos do MMA, a cobrança pelo uso da água foi o tema que mais recebeu emendas no capítulo de recursos hídricos do texto-base da Conferência Nacional de Meio Ambiente.

A ANA relata que houve estados que se manifestam contra a cobrança, enquanto outros defendem a medida apenas para usuários poluidores. Uma discussão geral, segundo a agência, foi sobre a melhor forma de aplicar os recursos arrecadados - se integralmente na despoluição das bacias ou em outras atividades, como recuperação de matas ciliares.

Em parceria com o Comitê pela Integração da Bacia do Paraíba do Sul - Ceivap - a ANA iniciou em março deste ano uma experiência piloto na cobrança pelo uso da água em um rio de domínio da União (por passar por mais de um estado). O rio Paraíba do Sul, que passa pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, sofre há anos com efluentes industriais e o esgoto urbano.

A Lei 9.433 - de 1997 - prevê a instituição da cobrança como forma de arrecadar recursos para recuperar as bacias. Pela Lei, a decisão da cobrança, assim como a forma de aplicação dos recursos, é dos comitês de bacia. Até agora, a arrecadação no Paraíba do sul foi de R\$ 4,6 milhões. Por decisão do próprio Ceivap, os recursos vêm sendo aplicados em trabalhos de despoluição da bacia.

Já existem em todo o Brasil 97 comitês de bacias instituídos em rios municipais, estaduais e federais. Na conferência, a discussão sobre a cobrança girará em torno da Implementação da cobrança pelo uso da água nas diversas bacias hidrográficas

# RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



do País - o que já vem se concretizando - e a aplicação dos recursos oriundos na bacia de origem e de acordo com as prioridades estabelecidas pelos respectivos comitês.

Fonte: Agência Brasil ([www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br))

Cristina Guimarães